

Venâncio cobra uso da lei Calmon

A adoção urgente de uma política nacional de educação "pra valer" foi defendida ontem pelo candidato do PFL ao Senado, Antônio Venâncio, criticando que enquanto se fica discutindo idéias novas e aguardando os resultados de estudos que são repetidamente refeitos, o quadro está se agravando.

— A aprovação da chamada Lei Calmon, que foi saudada como a redenção da Educação pelo maior volume de verbas que propiciou ao setor, ainda não surtiu os efeitos práticos que se esperava, pois deveriam surgir em decorrência do famoso "Dia D", que fez para o MEC o retrato falado do ensino no País. Enquanto isto, segundo dados que o IBGE acaba de divulgar, o número de analfabetos continua crescendo, os pais se queixam do baixo nível das escolas médias e superiores e há um enorme vazio no ensino profissional.

O candidato do PFL cobra uma aplicação mais rápida dos recursos da Lei Calmon, por entender que se está perdendo um tempo precioso na apreciação de um amontoado de teses e sugestões que, pela sua própria diversificação, tornam difícil a escolha.

— É ótimo e louvável que os técnicos busquem novos rumos



Venâncio, pela educação

para a Educação mas, enquanto não chegam a um denominador comum, é preciso ir tocando a estrutura e o sistema que existem.

Antônio Venâncio reclama a construção de mais salas de aula em todo o País e a melhoria do nível salarial dos professores, como duas medidas prioritárias. — É uma vergonha — salienta — que em 41 por cento dos municípios brasileiros os professores municipais ganhem menos do que o salário mínimo.